Everaldo
22 cóp.

12.4

ADAM SMITH EM PEQUIM

ORIGENS E FUNDAMENTOS DO SÉCULO XXI

GIOVANNI ARRIGHI

Tradução Beatriz Medina
Apresentação Theotonio dos Santos

BOITEMPO EDITORIAL

Copyright © Giovanni Arrighi, 2007
Copyright desta edição © Boitempo Editorial, 2008

Título original: *Adam Smith in Beijing: Lineages of the Twenty-First Century*

Coordenação editorial
Ivana Jinkings

Editores
Ana Paula Castellani
João Alexandre Peschanski

Assistentes editoriais
Vivian Miwa Matsushita
Mariana Tavares

Apresentação
Theotonio dos Santos

Tradução
Beatriz Medina

Revisão técnica
Paulo Nakatani

Edição de texto
Mariana Echalar (preparação)
Leticia Braun (revisão)

Capa
David Amiel

Diagramação
aeroestúdio

Produção
Marcel Iha

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

A811a

Arrighi, Giovanni, 1937-
Adam Smith em Pequim : origens e fundamentos do século XXI / Giovanni Arrighi ; tradução Beatriz Medina. - São Paulo : Boitempo, 2008.
432p.

Tradução de: Adam Smith in Beijing : lineages of the twenty-first century
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7559-112-3

1. Smith, Adam, 1723-1790. 2. Economia - Aspectos sociológicos. 3. Relações econômicas internacionais. 4. China - Condições econômicas - Século XXI. I. Título.

08-0895. CDD: 330 CDU: 330

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: abril de 2008

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Euclides de Andrade, 27 Perdizes
05030-030 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3872-6869
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br

Para Andre Gunder Frank (1929-2005)

12

ORIGEM E DINÂMICA DA ASCENSÃO CHINESA

Ao contrário do que se acredita, a característica mais atraente da RPC para o capital estrangeiro não foi apenas sua imensa reserva de mão-de-obra barata; há muitas reservas como essa pelo mundo afora, mas em nenhum lugar atraíram tanto capital quanto na China. A característica mais atraente, como argumentaremos, foi a elevada qualidade dessa reserva em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento, combinada à expansão rápida das condições de oferta e demanda para a mobilização produtiva dessa reserva dentro da própria China. Além disso, essa combinação não foi criada pelo capital estrangeiro, mas sim por um processo de desenvolvimento baseado em tradições nativas – inclusive a tradição revolucionária que deu origem à RPC. O capital estrangeiro interveio tarde no processo, sustentando-o em certas direções, porém minando-o em outras.

O "casamenteiro" que facilitou o encontro entre o capital estrangeiro, as empresas chinesas fornecedoras de mão-de-obra e as autoridades do governo foi o capital da diáspora chinesa[1]. Esse papel de casamenteiro foi possibilitado pela determinação com que a RPC, no governo de Deng, buscou a ajuda dos chineses no exterior para abrir a China ao comércio e ao investimento internacionais e tentar recuperar Hong Kong, Macau e, finalmente, Taiwan, de acordo com o modelo "Uma nação, dois sistemas". Essa aliança se mostrou muito mais frutífera para o governo chinês do que a política de portas abertas para as grandes empresas norte-americanas, européias e japonesas. Incomodadas com as regras que restringiam a

[1] Sobre o capital da diáspora chinesa como "casamenteiro", ver, entre outros, Nicholas R. Lardy, *Foreign Trade and Economic Reform in China, 1978-1990*, p. 37-82; Kichiro Fukasaku e David Wall, *China's Long March to an Open Economy*, p. 26-42; Louis Kraar, "The New Power in Asia", p. 40. Sobre as origens da diáspora chinesa, ver o capítulo 11.

liberdade de contratar e demitir funcionários, comprar e vender mercadorias e remeter lucros para fora da China, essas empresas tenderam a manter os investimentos no nível mínimo necessário para marcar posição na RPC. Já os chineses ultramarinos podiam contornar a maioria dos regulamentos, graças à familiaridade com o idioma, os costumes e os hábitos locais, à manipulação de vínculos comunitários e de parentesco – que reforçaram com doações generosas para instituições locais – e ao tratamento preferencial que recebiam das autoridades do PCC. Assim, enquanto as grandes empresas estrangeiras não cansavam de se queixar do "clima de investimentos", os empresários chineses começaram a se mudar de Hong Kong para Guandong, quase tão depressa quanto se mudaram de Xangai para Hong Kong quarenta anos antes (e em volume muito maior). Em 1988, encorajado pelo sucesso, o governo chinês redobrou os esforços para conquistar a confiança e a ajuda do capital chinês ultramarino, estendendo para os habitantes de Taiwan muitos privilégios antes concedidos aos moradores de Hong Kong[2].

Assim, muito antes do conflito da praça da Paz Celestial, criou-se uma aliança política entre o PCC e as empresas chinesas ultramarinas. O esfriamento das relações sino-americanas depois do ocorrido na praça enfraqueceu ainda mais o entusiasmo ocidental pelos investimentos na China. Embora o quinhão chinês dos investimentos totais diretos que o Japão realizou na Ásia oriental tenha crescido rapidamente de 5% em 1990 para 24% em 1993, esse aumento não restabeleceu a posição de liderança que o Japão havia exercido no processo de expansão e integração econômica regional durante as décadas de 1970 e 1980 (ver o capítulo 11). Ao contrário, refletiu a tentativa das empresas japonesas de alcançar os chineses ultramarinos no aproveitamento das oportunidades de lucro criadas pelas reformas econômicas da RPC. Em 1990, quando o investimento japonês decolou, o investimento conjunto de 12 bilhões de dólares de Hong Kong e Taiwan constituíam 75% de todo o investimento estrangeiro na China, quase 35 vezes a parte japonesa. E por mais que o investimento japonês tenha crescido a partir daí, ele mais seguiu do que liderou o *boom* dos investimentos estrangeiros na China[3]. Quando a ascensão chinesa ganhou ímpeto próprio na década de 1990, o capital japonês, norte-americano e europeu correu para a China com mais intensidade ainda. O investimento estran-

[2] Alvin Y. So e Stephen W. K. Chiu, *East Asia and the World-Economy*, cap. 11.

[3] Giovanni Arrighi, Po-keung Hui, Ho-fung Hung e Mark Selden, "Historical Capitalism, East and West", p. 316-7. Apesar da rápida expansão do investimento estrangeiro direto na década de 1990 e início dos anos 2000, os chineses ultramarinos ainda fornecem metade do dinheiro estrangeiro que é gasto com a criação de empresas na China (Ted C. Fishman, *China, INC: How the Rise of the Next Superpower Challenges America and the World*, p. 27).

geiro direto, que totalizou apenas 20 bilhões de dólares durante toda a década de 1980, disparou para 200 bilhões em 2000 e então mais que dobrou, chegando a 450 bilhões nos três anos seguintes. "Mas embora os estrangeiros estivessem investindo", comenta Clyde Prestowitz, "foi apenas porque os chineses investiram mais."[4]

Em outras palavras, o capital estrangeiro aproveitou o bonde da expansão econômica, que não foi ele que iniciou nem liderou. O investimento estrangeiro direto teve papel importante no estímulo à exportação chinesa. Entretanto, como mostra a Figura 5.1, o *boom* das exportações foi um episódio tardio da ascensão chinesa. De qualquer modo, mesmo então o capital estrangeiro (principalmente o dos Estados Unidos) precisava mais da China do que a China precisava de capital estrangeiro. As empresas norte-americanas, da Intel à General Motors, "estão diante de uma exigência simples: investir na China para aproveitar a mão-de-obra barata e o crescimento rápido da economia do país ou perder a corrida para os seus rivais". A China, que antes era apenas um centro fabril, tornou-se o lugar certo para fabricar e vender produtos de alta tecnologia. "Todo mundo e mais alguém quer ir para a China. Há 1,2 bilhão de consumidores lá", diz o presidente do grupo norte-americano AEA de comércio de tecnologia. O vice-presidente da Corning, fabricante de componentes eletrônicos, concorda: "São poucos os países que dão a mesma impressão de que se tornarão tão importantes"[5].

Mas como a China se tornou tão importante? A que combinação de ações e de circunstâncias podemos atribuir essa transformação econômica extraordinária, "provavelmente a mais notável [...] da História", segundo Stiglitz[6]? E como o atual renascimento econômico está ligado à tradição mais antiga do desenvolvimento não-capitalista baseado no mercado, ao eclipse de cem anos após as Guerras do Ópio e à tradição revolucionária que deu origem à RPC? Na busca de respostas a essas perguntas, começaremos descartando o mito de que é possível atribuir a ascensão chinesa à sua suposta adesão ao credo neoliberal.

A abertura da China: Smith contra Friedman

Afirmou-se muitas vezes que a expansão econômica da China se distingue da expansão japonesa anterior por ser mais aberta ao comércio e ao investimento estrangeiros. A observação está correta, mas não a conclusão de que a China adotou, portanto, a receita neoliberal do Consenso de Washington. Essa conclusão é

[4] Clyde Prestowitz, *Three Billion New Capitalists: The Great Shift of Wealth and Power to the East*, p. 61.

[5] "Is the Job Drain China's Fault?", *Business Week Online*, 13/10/2003; Michelle Kessler, "U.S. Firms: Doing Business in China Tough, But Critical", *USA Today*, 17/8/2004, p. 1-2.

[6] Joseph Stiglitz, "Development in Defiance of the Washington Consensus", *The Guardian*, 13/4/2006.

comum, tanto entre os intelectuais de esquerda quanto entre os promotores do Consenso. Deng Xiaoping, por exemplo, aparece em destaque, ao lado de Reagan, Pinochet e Thatcher, na capa de *A Brief History of Neoliberalism*, de David Harvey, e um capítulo inteiro do livro é dedicado ao neoliberalismo "com características chinesas". De modo semelhante, Peter Kwong diz que tanto Reagan quanto Deng "eram grandes fãs do guru neoliberal Milton Friedman".

> É curioso como os chineses tenham logo procurado a orientação de Friedman – um ano apenas depois de Thatcher ter iniciado suas violentas reformas "sem alternativa". Assim, ao mesmo tempo em que Ronald Reagan começava sua "revolução" nos Estados Unidos, eliminando as redes de segurança e de bem-estar social que funcionavam desde a época de Franklin Delano Roosevelt, Deng e seus partidários seguiram a receita de Friedman para "tirar o governo das costas do povo", lançando a China no universo neoliberal.[7]

Na outra ponta do espectro ideológico, os promotores institucionais do Consenso de Washington – o Banco Mundial, o FMI, o Tesouro dos Estados Unidos e o do Reino Unido, apoiados pela mídia formadora de opinião, como o *Financial Times* e o *Economist* – proclamaram que a redução da pobreza e da desigualdade de renda no mundo que acompanhou o crescimento econômico da China desde 1980 pode ser atribuída ao fato de os chineses terem adotado a política que eles receitavam[8]. A afirmativa é desmentida pela longa série de desastres econômicos que a adoção real da receita provocou na África subsaariana, na América Latina e na antiga União Soviética. À luz dessa experiência, James Galbraith pergunta se ainda deveríamos considerar a década de 1990 a "época áurea do capitalismo", em vez de "algo mais próximo da época áurea do socialismo reformado em dois países (China e Índia), ao lado de uma época de desastres para aqueles que seguiram a receita recomendada pelo *Economist*".

> Tanto a China quanto a Índia livraram-se dos bancos ocidentais na década de 1970 e pouparam-se da crise da dívida externa. Até hoje, ambas continuam a manter o controle do capital, de modo que o dinheiro especulativo não pode entrar e sair livremente. Até hoje, ambas continuam a ter grandes setores estatais na indústria pesada. [...] Sim, a China e a Índia tiveram bons resultados no geral. Mas isso se deve às reformas ou à regulamentação que continuam a impor? Sem dúvida, a resposta certa é: às duas.[9]

[7] Peter Kwong, "China and the US are Joined at the Hip: The Chinese Face of Neoliberalism", p. 1-2.
[8] Para um exame crítico dessas alegações, ver Robert Wade, "Is Globalization Reducing Poverty and Inequality?".
[9] James K. Galbraith, "Debunking *The Economist* Again", disponível em: <http://www.salon.com/opinion/feature/2004/03/22/economist/print.html>.

Concentrando-se exclusivamente na China e não questionando, por enquanto, se o país praticou ou não o "socialismo reformado", em vez de alguma variante do capitalismo, a afirmativa de Galbraith de que as reformas da China não seguiram a receita neoliberal é apoiada pela tese de Stiglitz, citada no capítulo 1, de que o sucesso das reformas chinesas pode ser atribuído ao *não*-abandono do gradualismo em favor das terapias de choque defendidas pelo Consenso de Washington; ao reconhecimento de que só se consegue manter a estabilidade social se a criação de empregos andar de mãos dadas com a reestruturação; e à busca de garantia de reutilização proveitosa dos recursos deslocados em virtude do aumento da concorrência. Embora a China tenha recebido bem os conselhos e a ajuda do Banco Mundial desde o princípio das reformas, ela o fez sempre em termos e em condições que serviam ao "interesse nacional" chinês e não aos interesses do Tesouro norte-americano e do capital ocidental. Como recorda Ramgopal Agarwala, a partir de sua experiência pessoal em Pequim como funcionário do Banco Mundial:

> Talvez a China seja o melhor exemplo de país que deu ouvidos aos conselhos estrangeiros, mas tomou decisões em função de suas próprias circunstâncias sociais, políticas e econômicas. [...] Seja qual for a base do sucesso da China, com certeza não foi a adoção cega das políticas [do Consenso] de Washington. A reforma com "características chinesas" foi o traço que definiu o processo reformador da China.[10]

O governo chinês também acolheu bem o investimento estrangeiro direto, porém, mais uma vez, apenas se o considerasse algo que servisse ao interesse nacional. Assim, no início da década de 1990, informou sem muita cerimônia à Toshiba e a outras grandes empresas japonesas que, a menos que levassem consigo os fabricantes de peças, não precisavam nem se incomodar em mudar para o país[11]. Mais recentemente, as empresas automobilísticas chinesas conseguiram a proeza de realizar joint ventures simultâneas com empresas estrangeiras rivais, como, por exemplo, a Guangzhou Automotive com a Honda e a Toyota, algo que esta última sempre se recusou a fazer. Esse acordo permitiu ao parceiro chinês aprender as melhores práticas de ambos os concorrentes e ser o único, na rede tripartite, a ter acesso aos outros dois[12].

Em termos mais gerais, a desregulamentação e a privatização foram bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a

[10] Ramgopal Agarwala, *The Rise of China: Threat or Opportunity?*, p. 86-9.
[11] *Far Eastern Economic Review*, 6/9/1994, p. 45.
[12] Oded Shenkar, *The Chinese Century: Upper Saddle River*, p. 66; Ted C. Fishman, *China, INC*, p. 208-10.

receita neoliberal. Na verdade, a principal reforma não foi a privatização, mas a exposição das empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras e, acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas. A concorrência resultou no declínio acentuado da participação das estatais no emprego e na produção em relação ao período de 1949 a 1979; mas, como veremos agora, o papel do governo chinês na promoção do desenvolvimento não diminuiu. Ao contrário, o governo investiu quantias enormes no desenvolvimento de novos setores, na criação de novas Zonas de Processamento para Exportação (ZPEs), na expansão e na modernização da educação superior e em grandes projetos de infra-estrutura, num nível sem precedentes em nenhum país de renda per capita comparável.

Graças ao tamanho continental e à imensa população do país, essas políticas permitiram ao governo chinês combinar as vantagens da industrialização voltada para a exportação, induzida em grande parte pelo investimento estrangeiro, com as vantagens de uma economia nacional centrada em si mesma e protegida informalmente pelo idioma, pelos costumes, pelas instituições e pelas redes, aos quais os estrangeiros só tinham acesso por intermediários locais. Uma boa ilustração dessa combinação são as imensas ZPEs que o governo chinês ergueu do nada e que hoje abrigam dois terços do total mundial de trabalhadores em zonas desse tipo. O simples tamanho da China permitiu que ela construísse três conglomerados industriais básicos, cada um com sua própria especialização: o delta do rio Pérola é especializado em indústrias que fazem uso intensivo de mão-de-obra, em produção e montagem de peças de reposição; o delta do rio Yang-tsé é especializado em setores que fazem uso intensivo de capital e em produção de carros, semicondutores, celulares e computadores; e Zhongguan Cun, em Pequim, é o vale do Silício da China. Mais que no resto do mundo, ali o governo intervém diretamente para promover a colaboração entre universidades, empresas e bancos estatais no desenvolvimento da informática[13].

[13] Loong-yu Au, "The Post MFA Era and the Rise of China", p. 10-3. Além dessas e outras ZPEs, conglomerados industriais de todo tipo proliferaram no país inteiro. "Embora os conglomerados fabris não sejam novos, e os da Itália são especialmente conhecidos, os chineses os levaram a um novo patamar", criando distritos industriais gigantescos, que foram cada um deles "construídos para se especializar na fabricação de uma única coisa, até algumas mercadorias muito comuns: cigarros, isqueiros, distintivos, gravatas, presilhas". Na região de Datang, mais de 10 mil famílias de 120 aldeias ganham a vida confeccionando meias. Em 2004, elas confeccionaram 9 bilhões de pares de meias, enquanto a cidade norte-americana de Fort Payne, nos Apalaches, que já se declarou a "capital mundial das meias", fabricou menos de 1 bilhão de pares. Entre as empresas de Datang ligadas às meias, há cerca de mil processadoras de material têxtil, 400 vendedores de fios, 300 empresas de tecelagem, 100 prensas, 300 embaladoras e 100 distribuidoras, além dos milhares de malharias com

A divisão de trabalho entre as ZPEs ilustra também a estratégia do governo chinês para promover o desenvolvimento dos setores que fazem uso intensivo de conhecimento, mas sem abandonar os de uso intensivo de mão-de-obra. Para impor essa estratégia, que transformou várias cidades chinesas em incubadoras de pesquisa de alta tecnologia, o governo chinês modernizou e expandiu seu sistema educacional em ritmo e em escala sem precedentes, até mesmo para a Ásia oriental. Baseando-se nas conquistas excepcionais da era Mao no campo da educação primária, o governo aumentou o período médio de escolarização para cerca de oito anos e a população estudantil para 340 milhões de pessoas. Como conseqüência, as faculdades estatais da China produzem um número absoluto de formandos comparável ao de muitos países mais ricos que ela. Em 2002, por exemplo, 590 mil estudantes se formaram em ciência e tecnologia na China, contra 690 mil no Japão apenas um ou dois anos antes. Além disso, as instituições chinesas de ensino superior têm mostrado mais abertura às influências externas do que as instituições japonesas e coreanas. Não só suas principais universidades estão atualizando infra-estrutura e pessoal acadêmico, como o contingente de estudantes chineses é o maior nos Estados Unidos e está em rápido crescimento na Europa, na Austrália, no Japão e em outros países. Além de o governo chinês oferecer todo tipo de incentivo para que os estudantes chineses no exterior voltem após o término de seus cursos, muitos deles, inclusive cientistas e executivos já formados, são atraídos pelas oportunidades oferecidas pelo rápido crescimento da economia chinesa[14].

Em resumo, o relativo gradualismo com que as reformas econômicas foram realizadas e a ação compensatória com a qual o governo buscou promover a sinergia entre a expansão do mercado nacional e as novas divisões sociais do trabalho mostram que a fé utópica que o credo neoliberal dedica aos benefícios das terapias de choque, aos governos minimalistas e aos mercados auto-regulados era tão estranha aos reformadores chineses quanto a Smith. Na concepção smithiana de

8 teares em média cada (Don Lee, "China's Strategy Gives It the Edge in the Battle of Two Sock Capitals", *Los Angeles Times*, 10/4/2005).

[14] Yugui Guo, *Asia's Educational Edge: Current Achievements in Japan, Korea, Taiwan, China, and India*, p. 154-5; Loong-yu Au, "The Post MFA Era and the Rise of China"; Oded Shenkar, *The Chinese Century*, p. 4-5; Pallavi Aiyar, "Excellence in Education: The Chinese Way", *The Hindu*, 17/2/2006; Howard W. French, "China Luring Scholars to Make Universities Great", *The New York Times*, 24/10/2005; Chris Buckley, "Let a Thousand Ideas Flower: China Is a New Hotbed of Research", *The New York Times*, 13/9/2004. Segundo o *People's Daily* (17/11/2003) e as estatísticas do Ministério da Educação, mais de 580 mil estudantes chineses viajaram para o exterior para realizar estudos avançados desde o início das reformas, em 1978, e 150 mil deles voltaram para a China. Entre outras coisas, os estudantes que voltaram fundaram até 5 mil empresas em todo o país, gerando receitas que excedem os 10 bilhões de iuanes.

desenvolvimento com base no mercado esboçada no capítulo 2, os governos usam o mercado como instrumento de domínio e, ao liberar o comércio, fazem-no aos poucos, para não perturbar a "tranqüilidade pública". Eles fazem os capitalistas, e não os trabalhadores, competir entre si, de modo que o lucro seja levado ao nível mínimo tolerável. Encorajam a divisão de trabalho entre unidades de produção e comunidades, e não no interior delas, e investem em educação para contrabalançar o efeito negativo da divisão do trabalho na qualidade intelectual da população. Dão prioridade à formação do mercado interno e ao desenvolvimento agrícola como base principal da industrialização e, com o tempo, ao investimento estrangeiro e ao comércio exterior. No entanto, caso essa prioridade entre em choque com "o primeiro dever do soberano" – "proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes" –, Smith admite que a prioridade deve ser dada à indústria e ao comércio exterior.

A maioria das características do retorno da China à economia de mercado cabe nessa concepção de desenvolvimento com base no mercado, mais que na concepção de Marx de desenvolvimento capitalista, segundo a qual os governos desempenham o papel de comitês para gerenciar os problemas comuns da burguesia e, como tal, facilitar tanto a separação entre produtores diretos e meios de produção quanto a tendência dos acumuladores capitalistas de transferir para os trabalhadores a pressão competitiva. Com certeza, ao promover as exportações e a importação de *know-how* tecnológico, o governo chinês buscou a ajuda dos capitalistas estrangeiros e da diáspora chinesa em nível bem maior do que fizeram os governos Ming e Qing antes das Guerras do Ópio e a própria RPC de Mao. Na verdade, a relação com o capital da diáspora chinesa lembra muito a relação de troca política que Espanha e Portugal mantiveram com a diáspora capitalista genovesa no século XVI. No entanto, como observamos anteriormente, o governo chinês manteve o controle nessas relações, tornando-se ele mesmo um dos principais credores do Estado capitalista dominante (os Estados Unidos) e aceitando ajuda em termos e em condições que se adequassem ao interesse nacional da China. Não há delírio de imaginação que possa caracterizá-lo como escravo dos interesses capitalistas estrangeiros e da diáspora chinesa[15].

[15] A última prova disso é a enxurrada de novas barreiras que o governo chinês impôs em 2006 aos investidores estrangeiros, como a análise mais atenta das fusões com base estrangeira e as propostas de restrições em áreas que vão dos bancos ao comércio varejista e à indústria, algo que as empresas estrangeiras consideraram ainda mais alarmante por ter origem na crescente preocupação do governo com o universo cada vez maior de empresas nacionais chinesas e com questões sociais urgentes, como a pobreza e a desigualdade de renda (Andrew Batson e Mei Fong, "In Strategic Shift, China Hits Foreign Investors With New Hurdles", *Wall Street Journal*, 30/8/2006, p. A1).

É mais difícil avaliar se o governo chinês está em via de se tornar um comitê de gerenciamento dos problemas comuns da burguesia que está surgindo dentro da própria China continental. Voltaremos a essa questão mais adiante; por ora, outra característica smithiana da transição da China para a economia de mercado recomenda cautela quando a qualificamos como transição para o capitalismo. Essa outra característica é o estímulo ativo do governo à concorrência não só entre capitais estrangeiros, mas entre todos os capitais, sejam eles estrangeiros ou nacionais, privados ou públicos. Na verdade, as reformas deram mais ênfase à intensificação da concorrência, com o desmembramento dos monopólios nacionais e a eliminação de barreiras, do que à privatização[16]. O resultado foi a superacumulação constante de capital e a pressão de queda do lucro que foram caracterizadas como "capitalismo selvagem chinês", mas que se assemelham sobretudo ao mundo smithiano de capitalistas forçados pela competição impiedosa a trabalhar em prol do interesse nacional.

> Um novo produto é introduzido, muitas vezes por uma companhia estrangeira, e em poucos meses uma série de fabricantes, muitos deles empresas privadas chinesas, começam a copiá-lo. Instala-se a concorrência crescente que faz os preços despencarem. E logo os produtores buscam novos mercados, cada vez mais no exterior. Impulsionando tudo isso, há um emaranhado de forças que geraram um dos mercados mais competitivos do mundo. Uma onda imensa de investimentos estrangeiros [...] ensinou ao país algumas das mais modernas técnicas fabris. O apetite feroz pela tecnologia estrangeira promoveu ganhos de produtividade em toda a economia, enquanto no país inteiro o zelo empresarial brotava dos escombros do antigo sistema de planejamento central.[17]

A competição cruel entre as empresas públicas e privadas resultou, certamente, em perturbações graves para a estabilidade de que os trabalhadores urbanos desfrutavam na época de Mao, assim como em incontáveis episódios de exploração, principalmente de trabalhadores migrantes[18]. Como veremos na seção que conclui o capítulo, as dificuldades dos trabalhadores urbanos demitidos e a exploração dos migrantes foram as causas principais da escalada das agitações trabalhistas e dos conflitos sociais do fim da década de 1990 e início da década de 2000. No entanto,

[16] Thomas G. Rawski, "Reforming China's Economy: What Have We Learned?", p. 142, 145; Ramgopal Agarwala, *The Rise of China*, p. 103-6.
[17] Karby Leggett e Peter Wonacott, "Burying the Competition", *Far Eastern Economic Review*, 17/10/2002. Para relatos semelhantes, consultar, entre outros, James Kynge, *China Shakes the World*, e Stephen Kotkin, "Living in China's World", *The New York Times*, 5/11/2006.
[18] Ver, entre outros, Anita Chan, "Globalization, China's Free (Read Bounded) Labor Market, and the Trade Union"; Jun Tang, "Selection from Report on Poverty and Anti-Poverty in Urban China"; Ching Kwan Lee e Mark Selden, "Durable Inequality: The Legacies of China's Revolutions and the Pitfalls of Reforms".

as dificuldades e as revoltas dos trabalhadores precisam ser inseridas no contexto das políticas governamentais que, também nesse aspecto, não abraçaram a principal receita neoliberal: sacrificar o bem-estar dos trabalhadores para incentivar a lucratividade. Não só a assistência médica, a aposentadoria e outros "benefícios obrigatórios" dos trabalhadores de joint ventures continuaram mais generosos e a demissão de trabalhadores mais difícil no mercado formal da China do que em países com renda per capita comparável ou maior, como também, o que é mais importante, a expansão da educação superior, o aumento rápido das oportunidades de emprego em novos setores, a redução tributária rural e outras reformas para estimular os camponeses a investir na economia agrária combinaram-se para criar a escassez de mão-de-obra que está solapando as bases da exploração dos migrantes. "Estamos vendo o fim do período áureo da mão-de-obra barata na China", declara um economista da Goldman Sachs. "Há abundância de trabalhadores, mas a oferta de operários sem instrução está diminuindo [...]. Os trabalhadores chineses [...] estão galgando a escala de valores mais depressa do que se esperava."[19]

As características smithianas das reformas chinesas que examinamos até aqui – o gradualismo das reformas e da ação estatal que visa expandir e atualizar a divisão social do trabalho; a expansão maciça da educação; a subordinação dos interesses capitalistas ao interesse nacional; e o estímulo ativo à concorrência entre capitalistas – todas elas contribuíram para essa escassez incipiente de mão-de-obra. Porém o fator mais importante talvez tenha sido uma quinta característica smithiana das reformas chinesas: o papel preponderante da formação do mercado interno e da melhoria das condições de vida nas áreas rurais. É desse fator importantíssimo que trataremos agora.

Acumulação sem desapropriação

Como Smith teria aconselhado, as reformas de Deng visaram primeiramente à economia interna e à agricultura. A principal reforma foi a introdução, entre 1978 e 1983, do Sistema de Responsabilidade Familiar, que retirou das comunas a responsabilidade das decisões e do controle dos excedentes agrícolas e devolveu-a às famílias rurais. Além disso, em 1979 e novamente em 1983, os preços dos produtos agrícolas foram elevados substancialmente. Como conseqüência, a produtividade e o lucro da atividade rural aumentaram de forma extraordinária, fortalecendo a tendência das empresas de comunas e de brigadas a produzir mercadorias não-agrícolas. Por meio de várias barreiras institucionais contra a mobilidade espacial, o governo encorajou a mão-de-obra rural a "sair da terra sem sair da aldeia". No entanto, em 1983, os habitantes rurais tiveram permissão para se dedicar ao transporte e ao comércio de longa distância para buscar mercados para seus produtos. Foi a primeira vez, no decorrer de uma geração, que os agricultores chineses tiveram o direito de realizar negócios fora de suas aldeias natais. Em 1984, os regulamentos se tornaram ainda mais flexíveis e permitiram que os agricultores trabalhassem em cidades vizinhas, nas novas Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs) de propriedade coletiva[20].

O surgimento das EAMs foi provocado por duas outras reformas: a descentralização fiscal, que deu autonomia aos governos locais para promover o crescimento econômico e utilizar os restos fiscais como incentivos; e a avaliação dos quadros com base no desempenho econômico de suas localidades, o que deu aos governos locais um forte incentivo para apoiar o crescimento econômico. Assim, as EAMs tornaram-se a fonte primária da reorientação das energias empresariais dos quadros do partido e das autoridades do governo para os objetivos desenvolvimentistas. Sendo financeiramente auto-suficientes em sua maioria, elas também se tornaram os principais agentes da realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo de mão-de-obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais[21].

O resultado foi o crescimento explosivo da força de trabalho rural envolvida em atividades não-agrícolas: de 28 milhões de pessoas em 1978 para 176 milhões em 2003, tendo grande parte desse aumento ocorrido nas EAMs. Entre 1980 e 2004, as EAMs criaram quatro vezes mais empregos do que se perdeu em emprego público e urbano coletivo. Embora entre 1995 e 2004 o aumento de empregos nas EAMs tenha sido bem menor que a redução do emprego público e urbano coletivo, no fim do período as EAMs ainda empregavam duas vezes mais trabalhadores do que todas as empresas urbanas estrangeiras, privadas e de propriedade conjunta somadas[22].

[19] David Barboza, "Labor Shortage in China May Lead to Trade Shift", *New York Times*, 3/4/2006; Thomas Fuller, "Worker Shortage in China: Are Higher Prices Ahead?", *Herald Tribune Online*, 20/4/2005; Simon Montlake, "China's Factories Hit an Unlikely Shortage: Labor", *Christian Science Monitor*, 1/5/2006; "China's People Problem", *The Economist*, 14/4/2005.

[20] Fang Cai, Albert Park e Yaohui Zhao, "The Chinese Labor Market"; Jonathan Unger, *The Transformation of Rural China*.

[21] Jean Oi, *Rural China Takes Off: Institutional Foundations of Economic Reform*; Nan Lin, "Local Market Socialism: Local Corporatism in Action in Rural China"; Andrew Walder, "Local Governments as Industrial Firms: An Organizational Analysis of China's Transitional Economy"; Susan H. Whiting, *Power and Wealth in Rural China: The Political Economy of Institutional Change*; Juan Wang, "Going Beyond Township and Village Enterprises in Rural China", p. 179; Kellee S. Tsai, "Off Balance: The Unintended Consequences of Fiscal Federalism in China"; Justin Yifu Lin e Yang Yao, "Chinese Rural Industrialization in the Context of the East Asian Miracle".

[22] *Zhongguo Tongji Nianjian 2005* [Anuário Estatístico da China 2005] (Pequim, China Statistics Press) e *Zhongguo Nongye Tongji Nianjian 2005* [Anuário Agrícola da China 2005] (Pequim, China Agricultural Press).

O dinamismo das empresas rurais pegou os líderes chineses de surpresa. O desenvolvimento das EAMs, como admitiu Deng Xiaoping em 1993, "foi muito além das nossas expectativas". Enquanto isso, o governo já havia avançado para legalizar e regulamentar as EAMs. Em 1990, a propriedade coletiva das EAMs foi atribuída a todos os habitantes da cidade ou aldeia. Entretanto, cabia aos governos locais nomear e demitir administradores ou delegar essa responsabilidade a algum órgão governamental. A alocação dos lucros das EAMs também foi regulamentada, tornando obrigatório que mais da metade deles fosse reinvestido na própria empresa, a fim de modernizar e expandir a produção e aumentar as verbas destinadas à assistência social e aos prêmios, e a maior parte do que sobrasse fosse empregado em infra-estrutura agrícola, prestação de serviços tecnológicos, previdência e assistência social públicas e investimento em novas empresas. No fim da década de 1990, houve tentativas de transformar os direitos de propriedade vagamente definidos em algum tipo de propriedade por ações ou puramente privada. Contudo, foi inviável impor todos os regulamentos, inclusive os que determinavam a alocação dos lucros, de modo que as EAMs passaram a se caracterizar por tamanha variedade de organização e de prática local que sua categorização se tornou extremamente difícil[23].

No entanto, retrospectivamente, apesar ou talvez por causa de sua variedade organizacional, as EAMs podem ter desempenhado papel fundamental na ascensão econômica chinesa, assim como as empresas com integração vertical e administração burocrática na ascensão norte-americana um século atrás. São muitas as suas contribuições para o sucesso das reformas. Em primeiro lugar, a orientação para o uso intensivo de mão-de-obra permitiu que as EAMs absorvessem os trabalhadores rurais excedentes e criassem renda no campo sem aumentar maciçamente a migração para as áreas urbanas. Na verdade, a maior parte da mobilidade da mão-de-obra na década de 1980 foi devida ao movimento dos agricultores que deixaram o plantio para trabalhar nas empresas coletivas rurais. Em segundo lugar, como as EAMs eram relativamente pouco regulamentadas, sua entrada em inúmeros mercados aumentou a pressão competitiva por toda parte, forçando não só as estatais, mas todas as empresas urbanas a melhorar seu desempenho[24]. Em terceiro lugar, as EAMs foram fonte importante de receita tributária rural, o que reduziu o fardo fiscal sobre os camponeses. Como os impostos e os tributos eram a principal fonte de queixas dos camponeses, elas contribuíram, assim, para a estabilidade social. Além disso, ao assumir muitos dos encargos e tributos que costumavam recair sobre os camponeses, elas também os ajudaram a proteger-se contra governos locais predatórios[25]. Em quarto lugar, e o mais importante em aspectos fundamentais, ao reinvestir localmente lucros e rendimentos, as EAMs expandiram o mercado interno e criaram condições para que houvesse novas rodadas de investimento, criação de empregos e divisão de trabalho[26].

[23] Wing Thye Woo, "The Real Reasons for China's Growth", p. 129-37; Boudewijn R. A. Bouckaert, "Bureaupreneurs in China: We Did It Our Way – A Comparative Study of the Explanation of the Economic Successes of Town-village-enterprises in China"; Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett, "China and Socialism: Market Reform and Class Struggle", p. 35; Justin Yifu Lin e Yang Yao, "Chinese Rural Industrialization in the Context of East Asian Miracle".

Como observou Gillian Hart ao resumir as vantagens do desenvolvimento da China em comparação com a África do Sul – onde há muito tempo o campesinato foi desapropriado dos meios de produção sem que houvesse uma criação correspondente de condições de demanda para que fosse reabsorvido em empregos assalariados –, boa parte do crescimento econômico chinês pode ser atribuída à contribuição das EAMs para o reinvestimento e a redistribuição do lucro industrial nos circuitos locais e para o seu uso em escolas, clínicas e outras formas de consumo coletivo. Além disso, nas EAMs em que há distribuição de terras relativamente igualitária entre as famílias, como as que Hart visitou nas províncias de Sichuan e Hunan em 1992, os moradores podiam ganhar a vida combinando o cultivo intensivo em lotes minúsculos com o trabalho na indústria e em outras atividades não-agrícolas. Na verdade,

> a principal força que impele o crescimento [das EAMs] é que, ao contrário das empresas urbanas, elas não têm de fornecer moradia, assistência médica, aposentadoria e outros benefícios aos trabalhadores. Com efeito, boa parte do custo de reprodução da mão-de-obra foi desviada da empresa, porém, ao menos em alguns casos, ela é financiada por mecanismos redistributivos.

Esse padrão, segundo sugere Hart, pôde ser observado não só na China, como também em Taiwan.

> O que distingue China e Taiwan – e que é muito diferente na África do Sul – é a reforma agrária redistributiva que teve início no fim da década de 1940 e efetivamente destruiu

[24] Fang Cai, Albert Park e Yaohui Zhao, "The Chinese Labor Market".
[25] Juan Wang, "Going Beyond Township and Village Enterprises in Rural China", p. 177-8; Thomas P. Bernstein e Xiaobo Lu, *Taxation without Representation in Contemporary Rural China*.
[26] Justin Yifu Lin e Yang Yao, "Chinese Rural Industrialization in the Context of the East Asian Miracle".

o poder de classe dos grandes proprietários de terras. As forças políticas que impulsionaram a reforma agrária na China e em Taiwan estavam intimamente ligadas e eram o exato oposto uma da outra. Mas tanto na China socialista e pós-socialista quanto na Taiwan "capitalista", a reforma redistributiva que definiu as transformações agrárias foi marcada pela acumulação industrial rápida e descentralizada *sem* desapropriação da terra [...]. O fato de que alguns dos casos mais extraordinários de produção industrial na segunda metade do século XX tenham ocorrido sem que os operários-camponeses fossem desapropriados de suas terras não só lança luz sobre as formas de acumulação claramente "não-ocidentais" que estão por trás da concorrência global [...] [como também deveria nos levar a] rever os pressupostos teleológicos sobre "acumulação primitiva", segundo os quais a desapropriação é considerada um concomitante natural do desenvolvimento capitalista.[27]

Do ponto de vista desenvolvido neste livro, o apelo de Hart à revisão de pressupostos sobre a acumulação primitiva pode ser reformulado da seguinte maneira. A separação entre produtores agrícolas e meios de produção foi mais uma conseqüência da destruição criativa do capitalismo do que uma de suas precondições. A forma mais persistente e fundamental de acumulação primitiva – ou, como Harvey rebatizou o processo, de acumulação por desapropriação – foi o uso da força militar dos Estados ocidentais para oferecer à acumulação interminável de poder e capital ajustes espaciais de escala e alcance cada vez maiores. No entanto, as tentativas dos Estados Unidos de provocar o maior de todos os ajustes espaciais, transformando-se em Estado mundial, saíram pela culatra. Em vez de criar um Estado mundial, eles criaram um mercado mundial de volume e de densidade sem precedentes, no qual a região dotada do maior suprimento de mão-de-obra barata e de alta qualidade leva vantagem competitiva decisiva. Não é por acaso histórico que essa região é a Ásia oriental, herdeira da tradição de economia de mercado que, mais que todas as outras, mobilizou recursos humanos, ao invés de não-humanos, e protegeu, ao invés de destruir, a independência econômica e o bem-estar dos produtores agrícolas.

Essa é mais uma reformulação da tese de Sugihara sobre a importância constante da Revolução Industriosa da Ásia oriental. A observação de Hart de que nas EAMs o cultivo intensivo de pequenos lotes de terra se combina com o trabalho na indústria e em outras formas de atividade não-agrícola e com investimentos na melhoria da qualidade da mão-de-obra confirma a validade da tese. Mas o mesmo acontece com a observação freqüente de que, mesmo em áreas urbanas, a principal

[27] Gillian Hart, *Disabling Globalization: Places of Power in Post-Apartheid South Africa*, p. 199-201.

vantagem competitiva dos produtores chineses não é o salário baixo por si só, mas o uso de técnicas que empregam mão-de-obra instruída e barata, em vez de máquinas e administradores caros. Um bom exemplo disso é a fábrica de automóveis Wanfeng, perto de Xangai, onde "não há um único robô à vista". Como em muitas outras fábricas chinesas, as linhas de montagem são ocupadas por fileiras de rapazes recém-saídos das muitas escolas técnicas da China os quais trabalham com pouco mais do que grandes furadeiras elétricas, chaves de boca e martelos de borracha.

> Motores e painéis laterais que, numa fábrica ocidental, coreana ou japonesa, iriam de setor em setor por meio de esteiras automáticas são levadas à mão em carrinhos. É por isso que a Wanfeng consegue vender seus Jeep Tributes feitos à mão por 8 mil a 10 mil dólares no Oriente Médio. A empresa não está gastando dinheiro com máquinas multimilionárias para fazer carros; ao contrário, está usando operários muito bem capacitados [cujo] salário anual [...] é menor que o salário mensal dos recém-contratados em Detroit.[28]

Em termos gerais, como indica um informe no *Wall Street Journal*, os balanços contábeis que mostram o peso da folha salarial como apenas 10% do custo do produto acabado são enganosos, porque excluem o custo salarial dos componentes comprados e os custos fixos da empresa. Quando se somam esses custos, o gasto total com mão-de-obra fica na ordem de 40% a 60% do custo do produto final e, na China, esse custo da mão-de-obra é sempre mais baixo. Na verdade, em geral a principal vantagem competitiva da China não é que os operários custem 5% do que custam seus colegas norte-americanos, mas que os engenheiros e os gerentes de fábrica custem 35% ou menos. Do mesmo modo, as estatísticas que mostram que os operários norte-americanos que trabalham em fábricas com uso intensivo de capital são muito mais produtivos que seus colegas chineses ignoram o fato de que a produtividade mais elevada dos operários norte-americanos se deve à substituição de muitos deles por sistemas complexos de automação flexível e manejo de materiais, o que reduz o custo da mão-de-obra, mas aumenta o custo do capital e dos sistemas de apoio. Ao economizar capital e ao dar destaque maior ao papel da mão-de-obra, as fábricas chinesas invertem esse processo. O projeto das partes que serão fabricadas, manuseadas e montadas manualmente, por exemplo, reduz em até um terço o capital total necessário[29].

[28] Ted C. Fishman, *China INC*, p. 205-6. Para outros exemplos de substituição de equipamento caro por mão-de-obra de baixo custo, ver George Stalk e David Young, "Globalization Cost Advantage", *Washington Times*, 24/8/2004.

[29] Thomas Hout e Jean Lebreton, "The Real Contest Between America and China", *The Wall Street Journal Online*, 16/9/2003.

Além disso, como seria de esperar nas teses de Sugihara, as empresas chinesas substituem pela mão-de-obra instruída e barata não só as máquinas, mas também os administradores mais caros. Justificando a má opinião de Smith sobre a administração empresarial burocrática, a força de trabalho autogerenciada "também mantém baixo o custo administrativo".

> Apesar do número imenso de operários nas fábricas chinesas, as fileiras de gerentes que os supervisionam são extremamente pequenas para os padrões ocidentais. Dependendo do trabalho, é possível ver 15 gerentes para 5 mil operários, sinal de que eles gerenciam incrivelmente bem a si mesmos.[30]

Como já observado, as políticas governamentais no campo da educação dotaram a China de um reservatório de recursos humanos que, ao lado da enorme oferta de operários alfabetizados e industriosos, inclui um suprimento de engenheiros, cientistas e técnicos em rápida expansão. Essa oferta em expansão de trabalhadores do conhecimento facilita não só a substituição de máquinas e de administradores caros por mão-de-obra instruída e barata, como também, como defendia Smith, o aprimoramento da divisão social do trabalho para produção e inovações com uso intensivo de conhecimentos. Basta mencionar que, em 2003, embora os Estados Unidos gastassem quase cinco vezes mais do que a China com pesquisa e desenvolvimento, eles possuíam menos que o dobro de pesquisadores (1,3 milhão contra 743 mil). Além disso, nos últimos doze anos, os gastos da China com pesquisa e desenvolvimento cresceram ao ritmo de 17% ao ano, contra 4% a 5% nos Estados Unidos, no Japão e na União Européia[31].

Origem social da ascensão chinesa

A semelhança entre a transformação em andamento da economia política chinesa e a concepção de Smith de desenvolvimento com base no mercado não significa absolutamente que as reformas de Deng se inspiraram nos textos de Smith. Como já observado, as práticas do alto funcionário Chen Hongmou no século XVIII antecederam o que Smith mais tarde teorizou em *A riqueza das nações*. Essas práticas se originaram não da teoria, mas da abordagem pragmática, inspirada pelas tradições chinesas, dos problemas de governança da China em meados do período Qing. Se Deng leu ou não os textos de Smith, a verdade

[30] Ted C. Fishman, "The Chinese Century", *The New York Times Magazine*, 4/7/2004.
[31] Ibidem; Gautam Naik, "China's Spending for Research Outpaces the U. S.", *The Wall Street Journal Online*, 29/9/2006.

é que suas reformas nasceram da abordagem igualmente pragmática dos problemas de governança da China pós-Mao.

Assim, Wang Hui, da Universidade de Tsinghua, atribuiu recentemente a origem das reformas à reação, amplamente aprovada dentro e fora do PCC, contra "as lutas faccionais e o caráter caótico da política nos últimos anos da Revolução Cultural". Embora repudiasse totalmente a Revolução Cultural, ainda assim o PCC "não repudiou a Revolução Chinesa, nem os valores socialistas, nem a essência do pensamento de Mao Tsé-tung". Dois efeitos se seguiram.

> Primeiro, até certo ponto a tradição socialista serviu de restrição interna às reformas estatais. Toda vez que o sistema partidário estatal fazia uma grande mudança política, precisava fazê-la em diálogo com essa tradição. [...] Em seguida, a tradição socialista deu a operários, camponeses e outras coletividades sociais meios legítimos de contestar ou negociar os procedimentos estatais corruptos ou não-igualitários de conversão ao mercado. Assim, dentro do processo histórico de negação da Revolução Cultural, a reativação do legado da China também dá espaço para o desenvolvimento da política futura.[32]

No que diz respeito à relação entre as reformas e a tradição socialista da China, havia pelo menos duas boas razões para o PCC de Deng repudiar a Revolução Cultural, mas não a tradição criada pela Revolução Chinesa. Em primeiro lugar, as lutas entre facções e o caos político dos últimos anos da Revolução Cultural concluíram, mas ao mesmo tempo ameaçaram destruir, as realizações da Revolução Chinesa. Em segundo lugar, o massacre da Revolução Cultural não poupou o PCC, minando gravemente a base burocrática do poder e dos privilégios de seus quadros e autoridades. Assim, as reformas de Deng tiveram um duplo encanto: para as autoridades e os quadros do partido, como meio de recompor em bases novas seu poder e seus privilégios; para os cidadãos em geral, como meio de consolidar as realizações da Revolução Chinesa que a Revolução Cultural ameaçava destruir.

Como primeiro atrativo, as reformas criaram uma miríade de oportunidades com o intuito de reorientar as energias empresariais da esfera política para a econômica – que as autoridades e os quadros do partido logo aproveitaram para enriquecer e ganhar mais poder, em associação com as autoridades do governo e com os administradores das estatais, em geral eles próprios membros influentes do partido. Ao longo do processo, várias formas de acumulação por desapropriação, como apropriação de propriedades públicas, desvio de verbas e venda de direitos de uso da

[32] Hui Wang, "Depoliticized Politics, From East to West", p. 34, 44-5.

terra, tornaram-se o ponto de partida de fortunas imensas[33]. Entretanto, ainda não se sabe se esse enriquecimento e esse aumento de poder levaram à formação de uma classe capitalista e, mais importante, se essa classe, se é que ela existe, conseguiu assumir o controle dos picos dirigentes da economia e da sociedade chinesas. Com Jiang Zemin (1989-2002), a resposta positiva a ambas as questões parecia bastante plausível. Mas com Hu Jintao e Wen Jiabao, apesar do pouco tempo para avaliar suas orientações, parece estar ocorrendo uma reversão, o que torna essa resposta, principalmente à segunda questão, bem menos plausível[34].

Quanto ao atrativo das reformas de Deng para os cidadãos em geral, devemos primeiro admitir quão consideravelmente o sucesso das reformas dependeu das conquistas anteriores da Revolução Chinesa. Como observa Au Loong-yu, quando observadores ocidentais e japoneses louvam a instrução, a disposição de aprender e a disciplina da mão-de-obra chinesa, inclusive dos migrantes rurais, em comparação com a mão-de-obra indiana, "nunca lhes ocorre que um dos fatores que contribuíram para essa realização foi a grande transformação preliminar da reforma agrária e a construção coletiva da educação e da infra-estrutura rural que se seguiu a ela, sem relação nenhuma com a reforma posterior do mercado"[35]. O *boom* da produção agrícola entre 1978 e 1984 teve algo a ver com as

[33] Yingyi Qian, "Enterprise Reforms in China: Agency Problems and Political Control"; Xueliang L. Ding, "The Illicit Asset Stripping of Chinese State Firms"; Ching Kwan Lee e Mark Selden, "Durable Inequality". Essas e outras formas de acumulação por desapropriação ocorreram em conjunto com a acumulação sem desapropriação enfatizada por Hart. Claro que é muito difícil dizer qual tendência predominou em momentos diferentes num país com o tamanho e com a complexidade da China, e é mais difícil ainda saber qual tendência tem mais chances de predominar no futuro. A posição apresentada no texto a seguir é que, com Jiang Zemin, a acumulação por desapropriação vinha crescendo e, não fosse a mudança política de Hu Jintao provocada pelo aumento da agitação social, ela talvez acabasse predominando.

[34] A reversão foi marcada não só pela mudança da política e pela maior preocupação dos novos líderes com a questão social, como também pelas campanhas constantes contra a corrupção para expurgar a estrutura do partido dos seguidores de Jiang e reforçar a capacidade tanto do PCC quanto do governo central de implementar efetivamente a mudança da linha política. Ver Joseph Kahn, "China's Anti-graft Bid Bolsters Top Leaders", *The International Herald Tribune*, 4/10/2006; Richard McGregor, "Push to Bring the Provinces into Line", *Financial Times*, 12/12/2006. Ainda é discutível se as reformas fortaleceram ou enfraqueceram a capacidade dos principais líderes do PCC e do governo central de implantar as políticas nos níveis provincial e local. Veja opiniões opostas sobre essa questão em Maria Edin, "State Capacity and Local Agent Control in China: CCP Cadre Management from a Township Perspective", e Ho-fung Hung, "Rise of China and the Global Overaccumulation Crisis".

[35] Loong-yu Au, "The Post MFA Era and the Rise of China", p. 10-3. Quando as reformas de Deng decolaram, a China já estava melhor que a Índia em todos os indicadores de desenvolvimento humano: nível de alfabetização, ingestão diária de calorias, taxa de mortalidade, taxa de mortalidade infantil, expectativa de vida e assim por diante. Ver Peter Nolan, *Transforming China: Globalization, Transition and Development*, p. 118.

reformas, mas apenas porque se basearam no legado da época de Mao. Entre 1952 e 1978, as comunas mais que dobraram a terra agrícola irrigada da China e disseminaram tecnologias aprimoradas, como o maior uso de fertilizantes e do arroz semi-anão de alta produtividade, que em 1977 ocupava 80% da terra destinada ao cultivo de arroz no país. "Foi a combinação da base produtiva construída durante a época de Mao com os incentivos oferecidos pelo sistema de responsabilidade familiar que criou o *boom* da produção agrícola."[36]

Como mostram as Figuras 12.1 e 12.2, os maiores avanços da China na renda per capita (indicados pelo movimento ascendente da curva) ocorreram a partir de 1980. Mas o maior avanço na expectativa de vida adulta e, em menor grau, na alfabetização de adultos, ou seja, no bem-estar básico (mostrado no movimento da curva para a direita) ocorreu antes de 1980. Esse padrão é um bom sustentáculo para a afirmativa de que o sucesso econômico da China se baseou nas conquistas sociais extraordinárias da época de Mao. Num relatório publicado em 1981, até o Banco Mundial admitiu a importância delas.

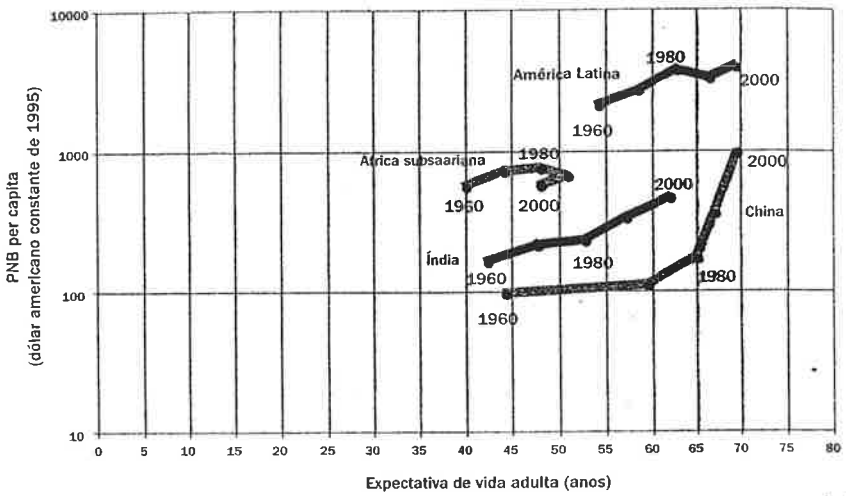
> A realização mais notável da China durante as últimas três décadas foi a melhora das condições de vida dos grupos de baixa renda em termos de necessidades básicas, muito mais do que se deu com os grupos correspondentes da maioria dos outros países pobres. Todos têm trabalho; o fornecimento de alimentos é assegurado por meio de uma mistura de racionamento estatal com auto-seguro coletivo; as crianças não só estão quase todas na escola como também são comparativamente mais bem instruídas; e a grande maioria tem acesso a assistência médica básica e serviços de planejamento familiar. A expectativa de vida, cuja dependência de muitas outras variáveis econômicas e sociais talvez a torne o melhor indicador da extensão da pobreza real de um país, é espantosamente alta para um país com o nível de renda per capita da China.[37]

Se as reformas de Deng consolidaram ou reduziram essas realizações é uma questão controversa, que não será examinada aqui, a não ser por duas observações. Em primeiro lugar, os indicadores de bem-estar básico da população da China (expectativa de vida adulta e nível de alfabetização) melhoraram tanto antes da reforma que havia pouco espaço para novas e grandes melhorias. Mesmo assim, pelos indicadores mostrados nas figuras, observa-se que na época das reformas

[36] Ramgopal Agarwala, *The Rise of China*, p. 95-6. Quanto aos projetos de irrigação, expansão de estradas e ferrovias e plantio de arroz híbrido na época Mao como bases do crescimento na época das reformas, ver também Chris Bramall, *Sources of Chinese Economic Growth, 1978-1996*, p. 95-6, 137-8, 153, 248.

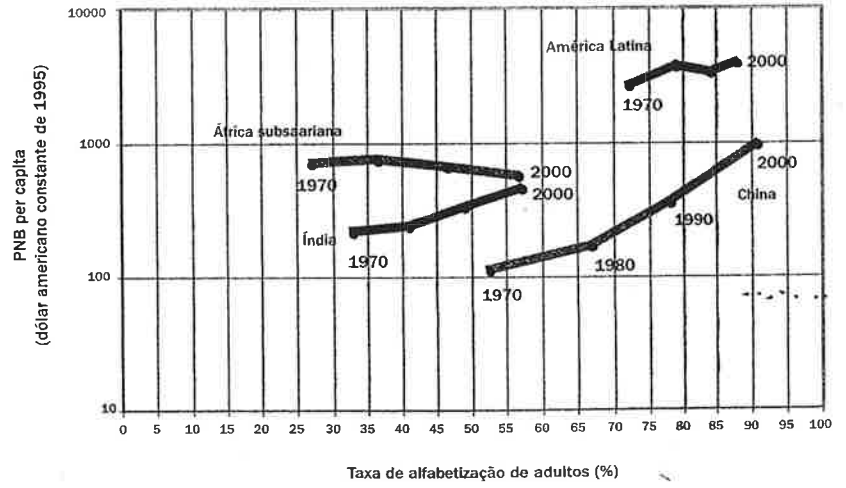
[37] Citado em Yuyu Li, "The Impact of Rural Migration on Village Development: a Comparative Study in Three Chinese Villages". Ver também Ramgopal Agarwala, *The Rise of China*, p. 55.

Figura 12.1 – Renda per capita e expectativa de vida adulta, 1960-2000



Fonte: Cálculos baseados no PNB, expectativa de vida adulta e população do Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2004 e 2001.

Figura 12.2 – Renda per capita e alfabetização de adultos, 1970-2000



Fonte: Cálculos baseados no PNB e população do Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2004 e 2001; e taxas de alfabetização de adultos do United Nations Population Division, 2005.

eles melhoraram ainda mais, principalmente na alfabetização de adultos. Portanto, desse ponto de vista, parece que as reformas consolidaram as conquistas anteriores da Revolução Chinesa, em vez de reduzi-las.

Em segundo lugar, não se deve amesquinhar a importância do avanço da China na renda per capita na época das reformas, mesmo que isso não tenha significado melhoria proporcional no bem-estar básico. No mundo capitalista, como destacamos repetidas vezes, a riqueza nacional, medida pela renda per capita, é a fonte primária do poder nacional. Ainda que o propósito da busca do poder nacional tenha sido a transformação do mundo na direção do socialismo, o PCC tinha pouca opção além de entrar no jogo da política mundial e obedecer às regras capitalistas já existentes, como o próprio Mao sempre soube muito bem. Quando a derrota iminente no Vietnã obrigou os Estados Unidos a readmitir a China na relação comercial e diplomática normal com o restante da Ásia oriental e com o mundo em geral, a China comunista tinha todo o interesse em aproveitar a oportunidade oferecida por essa relação para promover a riqueza e o poder nacionais. Mesmo antes de a invasão norte-americana do Iraque dar novo ímpeto à ascensão chinesa, Richard Bernstein e Ross Munro identificaram, de forma crua porém perspicaz, a verdadeira importância política da passagem da China para a economia de mercado.

> A ironia das relações sino-americanas é que, quando a China estava nas garras do maoísmo ideológico e demonstrava tamanha ferocidade ideológica que os norte-americanos a consideravam perigosa e ameaçadora, ela era, na verdade, um tigre de papel, fraca e praticamente sem influência global. Agora que despiu os farrapos do maoísmo e embarcou numa rota pragmática de desenvolvimento econômico e comércio global, ela parece menos ameaçadora, mas na verdade está angariando os meios necessários para sustentar suas ambições e seus interesses globais com verdadeiro poder.[38]

Uma versão mais exata dessa avaliação é que, enquanto a China foi excluída do comércio global pela política norte-americana da Guerra Fria, e sentia-se ameaçada militarmente pela União Soviética, o PCC foi forçado a usar a ideologia como arma principal na luta para consolidar seu poder nacional e internacionalmente. Mas quando, nos últimos anos da Revolução Cultural, a arma ideológica começou a falhar, mais ou menos na mesma época em que os Estados Unidos buscavam a aliança com a China contra a União Soviética, preparou-se o palco para o uso pragmático do mercado como instrumento de aumento do poder nacional do PCC e internacional da RPC. Apesar de o júri ainda não ter decidido se houve aumento de poder do PCC – já que não se sabe se o controle que ele exerce sobre a sociedade e

[38] Richard Bernstein e Ross H. Munro, "The Coming Conflict with America", p. 22.

o Estado chinês se fortaleceu ou enfraqueceu –, no caso do aumento de poder da RPC o veredicto é que as reformas econômicas foram um sucesso retumbante.

Então por que mudar de rumo, como tem feito o PCC sob a nova liderança? O que provocou a mudança e em que direção se pode esperar que ela leve a economia e a sociedade chinesas? As observações de Wang Hui sobre a relação entre as reformas de Deng e a tradição da Revolução Chinesa nos dão uma pista sobre a resposta a essas perguntas. O fundamento dessa tradição foi um ramo chinês distinto do marxismo-leninismo que surgiu com a criação do Exército Vermelho, no fim da década de 1920, mas só se desenvolveu plenamente depois que o Japão ocupou as regiões litorâneas da China, no fim da década de 1930. Essa inovação ideológica tinha dois componentes principais.

Em primeiro lugar, enquanto o princípio leninista do partido de vanguarda se manteve, o ímpeto insurrecional da teoria leninista foi abandonado. Na estrutura estatal profundamente fragmentada da China de senhores guerreiros e do GMD, não havia "Palácio de Inverno" para atacar, ou melhor, havia palácios demais para que alguma estratégia insurrecional tivesse chance de sucesso. Os aspectos insurrecionais da teoria leninista foram, assim, substituídos pelo que mais tarde Mao teorizou como "linha de massa" – a idéia de que o partido de vanguarda devia ser não só professor, como também aluno das massas. "Esse conceito 'das massas para as massas'", observa Fairbank, "foi na verdade um tipo de democracia adequado à tradição chinesa, em que a autoridade da classe superior fez o melhor governo quando tinha no coração o verdadeiro interesse do povo local e, assim, governou a seu favor."[39]

Em segundo lugar, na busca de base social, o PCC deu prioridade ao campesinato em detrimento do proletariado urbano, a classe revolucionária de Marx e Lenin. Como demonstrou o massacre que o GMD cometeu contra os trabalhadores liderados pelos comunistas, em Xangai, as regiões litorâneas, onde se concentrava o grosso do proletariado urbano, eram um terreno traiçoeiro demais para se desafiar a dominação estrangeira e a hegemonia do GMD sobre a burguesia chinesa. Ainda mais afastados da base de expansão capitalista pelo exército do GMD, que havia sido treinado e equipado pelo Ocidente, o PCC e o Exército Vermelho não tiveram opção senão lançar raízes no campesinato das áreas mais pobres e remotas. O resultado, na descrição de Mark Selden, foi um "processo de socialização de mão dupla", no qual o partido-exército moldou as camadas inferiores da sociedade rural chinesa numa força revolucionária poderosa e foi, por sua vez, configurado pelas aspirações e pelos valores dessas camadas[40].

[39] John K. Fairbank, *China: A New History*, p. 319.
[40] Mark Selden, "Yan'an Communism Reconsidered", p. 37-8.

A combinação dessas duas características com o ímpeto modernista do marxismo-leninismo foi o fundamento da tradição revolucionária chinesa e ajuda a explicar aspectos fundamentais do caminho de desenvolvimento chinês antes e depois das reformas, assim como as mudanças recentes na política sob o governo Hu. Ajuda a explicar, antes de tudo, por que na China de Mao, em contraste gritante com a União Soviética de Stalin, buscou-se modernizar não com a destruição, mas com a elevação econômica e educacional do campesinato. Em seguida, ajuda a explicar por que, antes e depois das reformas, a modernização chinesa se baseou não apenas na internalização da Revolução Industrial ocidental, mas também na retomada de características da Revolução Industriosa nativa, de base rural. Em terceiro lugar, ajuda a explicar por que sob o governo de Mao a tendência ao surgimento de uma burguesia urbana formada por autoridades e intelectuais ligados ao Estado e ao partido foi combatida com a "reeducação" em áreas rurais. Finalmente, ajuda a explicar por que as reformas de Deng foram iniciadas primeiro na agricultura e por que os novos rumos de Hu vão no sentido da expansão da assistência médica, da educação e da previdência social nas áreas rurais, sob a bandeira do "novo campo socialista".

Na raiz dessa tradição está o problema fundamental de como governar e desenvolver um país com população *rural* maior do que *toda* a população da África, da América Latina ou da Europa. Nenhum outro país, com exceção da Índia, nunca teve um problema sequer remotamente comparável[41]. Desse ponto de vista, por mais dolorosa que tenha sido a experiência para as autoridades e os intelectuais urbanos, a Revolução Cultural consolidou as bases rurais da Revolução Chinesa e lançou os alicerces para o sucesso das reformas econômicas. Basta mencionar que, em parte como resultado das políticas e em parte como resultado da desorganização dos setores urbanos provocada pela luta entre as facções, os produtos das empresas rurais tiveram grande demanda, o que levou à grande expansão das empresas de comunas e de brigadas, das quais em seguida surgiram muitas EAMs[42].

Ao mesmo tempo, a Revolução Cultural não só ameaçou o poder das autoridades estatais-partidárias e as conquistas sociais e políticas da Revolução Chinesa, como já observado, como ameaçou também todo o componente modernista da

[41] Como observou o estudioso chinês Pei Minxin, se contarmos os períodos em que o governo central perdeu o controle sobre grandes extensões de território, a China viveu mil anos de caos interno. Citado em Moises Naim, "Only a Miracle Can Save China from Itself", *Financial Times*, 15/9/2003.
[42] Justin Yifu Lin e Yang Yao, "Chinese Rural Industrialization in the Context of the East Asian Miracle"; Louis Putterman, "On the Past and Future of China's Township and Village-Owned Enterprises".

tradição revolucionária. Assim, o repúdio daquela em favor das reformas econômicas foi apresentado e aceito como essencial para a retomada do componente modernista. Com o tempo, porém, o próprio sucesso da retomada fez o pêndulo cair para o lado oposto, solapando seriamente a tradição revolucionária em meados da década de 1990. Dois fatos em particular marcaram essa tendência: o enorme aumento da desigualdade de renda e o crescente descontentamento popular com os procedimentos e os resultados das reformas.

Contradições sociais do sucesso econômico

O enorme aumento da desigualdade de renda nas áreas rurais e urbanas e entre elas, assim como entre classes, estratos sociais e províncias diferentes, é um dos fatos mais bem conhecidos sobre a passagem da China para a economia de mercado[43]. Enquanto essa tendência pôde ser apresentada, com credibilidade, como resultado de uma estratégia de desenvolvimento desequilibrado que criou oportunidades de progresso para a maioria, a resistência à desigualdade crescente foi limitada e pôde ser eliminada ou reprimida com facilidade. Com o passar do tempo, no entanto, essa desigualdade entrou em choque com a tradição revolucionária, corroendo seriamente a estabilidade social[44].

[43] Ver, entre outros, Yehua D. Wei, *Regional Development in China: States, Globalization and Inequality*; Carl Riskin, Zhao Renwei e Li Shih (eds.), *Retreat from Equality: Essays on the Changing Distribution of Income in China, 1988 to 1995*; Andrew Walder, "Markets and Income Inequality in Rural China: Political Advantage in an Expanding Economy"; Hui Wang, *China's New Order: Society, Politics and Economy in Transition*; Ximing Wu e Jeffrey M. Perloff, "China's Income Distribution Over Time: Reasons for Rising Inequality"; Yi Li, *The Structure and Evolution of Chinese Social Stratification*.

[44] Para explicar por que só recentemente o enorme aumento da desigualdade de renda se tornou um fator de desestabilização social, é preciso ter em mente três considerações. Em primeiro lugar, como já observado, a assistência social básica continuou melhorando durante as reformas. A maior privação relativa causada pela desigualdade crescente, portanto, foi acompanhada de menos privação absoluta. Em segundo lugar, o aumento da desigualdade na China, medido com indicadores sintéticos como o de Gini, deveu-se em boa parte à melhora (mais que à deterioração) da posição dos grupos de renda média. Ver, principalmente, Ximing Wu e Jeffrey M. Perloff, "China's Income Distribution over Time", Figuras 2 e 3. Por fim, de acordo com o Grupo de Pesquisas da Estrutura Social na China Contemporânea (Research Group for Social Structure in Contemporary China, Chinese Academy of Social Sciences, *Social Mobility in Contemporary China*, cap. 4), a desigualdade crescente no período das reformas foi acompanhada de *aumento* da mobilidade entre as gerações (ocupação dos pais em relação à ocupação dos filhos) e dentro das gerações (primeira ocupação em relação à ocupação atual). Os indivíduos das ocupações de renda mais baixa, portanto, tiveram mais oportunidades do que na época anterior às reformas de transformar a diferença de renda entre ocupações em ganho pessoal, passando para uma ocupação de maior rendimento; quanto maior a diferença, maior o ganho.

Parece que as tradições da "linha de massa" e do "processo de socialização de mão dupla" tiveram seu papel nas reformas propriamente ditas[45]. Contudo, quanto mais as autoridades e os quadros do partido, locais e provinciais, redirecionavam suas energias empresariais para a esfera econômica e dedicavam-se a atos de acumulação por desapropriação, mais a tradição da "linha de massa" se tornava ficção e mais o "processo de socialização de mão dupla" entre o Estado-partido e os estratos inferiores da sociedade chinesa era substituído por um processo semelhante entre o Estado-partido e a burguesia nascente. Mesmo assim, como afirma Samir Amin num trecho citado no capítulo 1, a tradição revolucionária havia dotado os estratos inferiores da China de autoconfiança e de combatividade quase sem paralelos no Sul e, devemos acrescentar, no Norte do globo. E como ressalta Wang Hui, a constante adesão oficial do Estado-partido à tradição deu certa legitimidade a essa autoconfiança e a essa combatividade.

O resultado disso foi a proliferação de lutas sociais, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais. Os casos oficialmente registrados de "distúrbios da ordem pública" – referência a protestos, quebra-quebras e outras formas de agitação social – aumentaram de cerca de 10 mil em 1993 para 50 mil em 2002, 58 mil em 2003, 74 mil em 2004 e 87 mil em 2005, declinando apenas levemente nos seis primeiros meses de 2006. Nas áreas rurais, até cerca de 2000, as principais queixas que provocavam a ação das massas eram impostos, tributos, cobranças e vários outros "fardos". Mais recentemente, o desvio da terra agricultável para o desenvolvimento industrial, imobiliário e infra-estrutural, a degradação do meio ambiente e a corrupção de autoridades locais do governo e do partido tornaram-se os problemas mais explosivos. Episódios como a revolta de 2005, em Dongyang, causada pela poluição de uma fábrica de inseticidas, em que mais de 10 mil moradores derrotaram a polícia e obtiveram a suspensão do funcionamento da fábrica, "entraram para o folclore chinês como prova de que cidadãos decididos, agindo em massa, podem obrigar as autoridades a mudar de rumo e a atender às suas necessidades"[46].

[45] Em seu contato com os elaboradores da política chinesa, por exemplo, Agarwala verificou que "os líderes mais importantes demonstram maior interesse pela interação com os vários níveis da sociedade do que em sociedades com organização mais democrática, como a Índia" (Ramgopal Agarwala, *The Rise of China*, p. 90). Numa linha parecida, Stiglitz observou que "George Bush mostrou os perigos do excesso de segredo e do confinamento da tomada de decisões a um círculo fechado de bajuladores. Em compensação, muita gente fora da China não avalia bem até que ponto os líderes do país se comprometeram com extensas deliberações e consultas no esforço de resolver os enormes problemas que estão enfrentando" ("Development in Defiance of the Washington Consensus"). Ver também Thomas G. Rawski, "Reforming China's Economy", p. 142.

[46] Howard W. French, "Protesters in China Get Angrier and Bolder", *International Herald Tribune*, 20/7/2005; Thomas Friedman, "How to Look at China", *International Herald Tribune*, 10/11/2005;

Nas áreas urbanas, desde o fim da década de 1990, a "antiga" classe operária estatal reagiu às demissões em massa com uma onda de protestos que exigiu muitas vezes os padrões de justiça da tradição socialista e o contrato social da "tigela de arroz de ferro", estabelecido entre a classe operária e o Estado e que predominou durante as quatro primeiras décadas da RPC. Na maioria dos casos, a combinação de repressão com concessão conteve facilmente essa onda de protestos. No entanto, mais recentemente, uma série de passeatas nunca vista anunciou a chegada da agitação ao "novo" operariado, que é formado principalmente por jovens migrantes e constitui a coluna vertebral dos setores exportadores chineses. Combinadas à agitação crescente dos trabalhadores urbanos do setor de serviços, essas duas ondas estão fazendo ruir a idéia comum no Ocidente de que "não há movimento trabalhista na China": "hoje é possível ir a quase qualquer cidade do país", observa Robin Munro, do *China Labour Bulletin*, "e encontrar ali grandes protestos coletivos de trabalhadores". É um movimento trabalhista espontâneo e relativamente incipiente, mas o movimento trabalhista norte-americano também era assim em sua época áurea, na década de 1930[47].

Como observamos no capítulo 1, esse imenso surto de agitação social em áreas rurais e urbanas impôs um desafio totalmente novo aos líderes do PCC, e obrigou-os a mudar a retórica e a linha política para buscar um desenvolvimento mais equilibrado entre as áreas rurais e as áreas urbanas, entre as regiões, entre a economia e a sociedade, e, mais recentemente, a criar nova legislação trabalhista que visa aumentar os direitos dos trabalhadores. Se a mudança resgatará de fato a tradição socialista e redirecionará o desenvolvimento num sentido mais igualitário, só podemos especular. Entretanto, o que nos preocupa aqui não é tanto o destino da tradição socialista da China, mas sim as conseqüências mais amplas da ascensão chinesa para as relações entre as civilizações no mundo em geral. É para essas conseqüências que nos voltaremos agora.

Howard W. French, "20 Reported Killed as Chinese Unrest Escalates", *The New York Times*, 9/12/2005; Joshua Muldavin, "In Rural China, a Time Bomb Is Ticking", *International Herald Tribune*, 1/1/2006; Ching-Ching Ni, "Wave of Social Unrest Continues Across China", *Los Angeles Times*, 10/8/2006; Mark Magnier, "As China Spews Pollution, Villagers Rise Up", *Los Angeles Times*, 3/9/2006; idem, "China Says It's Calmed Down", *Los Angeles Times*, 8/11/2006; Ching Kwan Lee e Mark Selden, "Durable Inequality".

[47] Brendan Smith, Jeremy Brecher e Tim Costello, "China's Emerging Labor Movement", *ZNet*, <http://www.zmag.org>, 9/10/2006. Sobre a onda de agitação anterior, ver Ching Kwan Lee, "From the Specter of Mao to the Spirit of the Law: Labor Insurgency in China", e Ching Kwan Lee e Mark Selden, "Durable Inequality". Quanto ao contraste entre as duas ondas, ver Beverly Silver, "Labor Upsurges: From Detroit to Ulsan and Beyond", p. 445-7; idem, *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*, p. 73-4.

EPÍLOGO

A questão central da qual partimos é se, e em que condições, a ascensão chinesa, com todas as suas imperfeições e prováveis reveses futuros, pode ser considerada o arauto daquela maior igualdade e respeito mútuo entre os povos de ascendência européia ou não que Smith previu e defendeu há 230 anos. A análise desenvolvida neste livro indica uma resposta positiva, mas com algumas ressalvas importantes.

Como vimos nos capítulos 7 e 9, o surgimento da China como a verdadeira vencedora da guerra ao terror dos Estados Unidos resultou na inversão da influência dos dois países na Ásia oriental e no mundo em geral. Uma das expressões dessa inversão foi o que Joshua Cooper Ramo chamou de Consenso de Pequim: o surgimento, liderado pela China, de um "caminho para os outros países do mundo" não só se desenvolverem, mas também "se encaixarem na ordem internacional, de modo a permitir que sejam verdadeiramente independentes, protejam seu modo de vida e suas opções políticas". Ramo destaca duas características do novo Consenso que são especialmente atraentes para os países do Sul do globo. A primeira é a "localização", o reconhecimento da importância de ajustar o desenvolvimento às necessidades locais, que diferem obrigatoriamente de um lugar para outro, em forte contraste com a receita "tamanho único" do Consenso de Washington, cada vez mais desacreditado; e a segunda é o "multilateralismo", o reconhecimento da importância da cooperação entre os Estados para construir uma nova ordem global com base na interdependência econômica, mas que respeite as diferenças políticas e culturais, em forte contraste com o unilateralismo das políticas norte-americanas. Como destacou Arif Dirlik, essas características do Consenso de Pequim podem levar o mundo em direções radicalmente diferentes. Podem levar à formação de um novo Bandung, ou seja, uma nova versão da aliança do Terceiro Mundo nas décadas de 1950 e 1960, visando, como o antigo, contrabalançar a subordinação econômica e política, mas adequado a uma

época de integração econômica global sem precedentes. Ou podem levar à cooptação dos Estados do Sul em alianças Norte–Sul que visem conter a subversão, liderada pela China, da hierarquia global da riqueza[1].

As alternativas mais "realistas" para a estratégia neoconservadora fracassada, que visavam conter a China e que foram discutidas no capítulo 10, indicam três tipos diferentes de aliança Norte–Sul. Cada um deles, argumentamos, tem seus problemas, o que resultou em políticas norte-americanas incoerentes em relação à China. Enquanto os Estados Unidos estiverem militarmente atolados na Ásia ocidental, é provável que persista a incoerência, independentemente de quem esteja no comando do galinheiro em Washington. Mas, implantadas com coerência ou não, todas as três estratégias têm potencial para fazer descarrilar a formação de uma nova aliança do Sul que seja capaz de contrabalançar o domínio do Norte.

O descarrilamento mais desastroso seria aquele implícito na estratégia do *tertius gaudens* de Pinkerton, que defende a reprise da primeira metade do século XX, quando os Estados Unidos se tornaram ricos e poderosos financiando e suprindo os Estados europeus em guerra entre si, com a diferença de que agora os Estados em guerra seriam asiáticos, e não europeus. O descarrilamento menos desastroso seria aquele implícito na estratégia de Kissinger, que vislumbra a cooptação da China numa ordem mundial reformada e centrada nos Estados Unidos, porque, se bem-sucedida, preservaria o domínio do Norte, mas pelo menos não lançaria a Ásia e o Sul do globo no caos e na guerra que o sucesso da estratégia do *tertius gaudens* acarretaria. Para o Sul, o custo e os riscos da estratégia de Kaplan – cercar a China com uma aliança militar encabeçada pelos Estados Unidos, numa reprise da Guerra Fria, mas dessa vez centrada na Ásia em vez da Europa – ficariam numa posição intermediária. Isso provocaria divisões profundas entre os países da Ásia e do hemisfério Sul, e traria de volta o risco do holocausto nuclear que a antiga Guerra Fria conseguiu evitar, mas obrigaria os Estados Unidos a tratar com certo respeito e a fazer certas concessões aos seus aliados do Sul, além de terem cautela ao provocar guerras em que se envolvessem diretamente. É claro que há outras possibilidades, algumas das quais já vêm sendo praticadas; mas todas são variantes ou combinações das estratégias de *tertius gaudens*, "cooptação" e "guerra fria"[2].

[1] Joshua Cooper Ramo, *The Beijing Consensus: Notes on the New Physics of Chinese Power*, p. 3-4; Arif Dirlik, "Beijing Consensus: Beijing 'Gongshi': Who Recognizes Whom and to What End?", p. 5-6.

[2] É claro que essas estratégias podem se voltar não só contra a China, como também contra outros Estados ou vínculos Sul–Sul em geral. Assim, parece que a oferta norte-americana de cooperação com

Não devíamos subestimar a tentação, para a China, de se contentar com a cooptação numa ordem mundial dominada pelos Estados Unidos ou pelo Norte e, para outros países do Sul, de buscar ou aceitar o apoio norte-americano em suas invejas e ciúmes mútuos. Mas também não devíamos superestimar o poder dos Estados Unidos, mesmo em conluio com a Europa, de ser bem-sucedido na implantação dessas estratégias. O fracasso no Iraque não confirmou somente os limites dos meios coercivos para impor a vontade do Norte contra a resistência do Sul. De modo mais importante no mundo capitalista, os alicerces financeiros do domínio dos Estados Unidos e do Norte estão fincados num terreno cada vez mais instável.

Nesse aspecto, a virada mais importante foi a crise financeira asiática de 1997 e 1998. Wade e Veneroso afirmaram que essa crise confirmou a validade da seguinte frase atribuída a Andrew Mellon: "Na depressão, o patrimônio volta ao seu justo proprietário".

> A combinação imposta pelo FMI de desvalorizações enormes com liberalização financeira e a recuperação facilitada pelo mesmo Fundo podem ter precipitado a maior transferência de patrimônio, em tempos de paz, de proprietários nacionais para proprietários estrangeiros nos últimos cinqüenta anos, no mundo inteiro, diminuindo as transferências de proprietários nacionais para proprietários norte-americanos na América Latina na década de 1980 e no México depois de 1994.[3]

Correto ao identificar os efeitos imediatos da crise, o diagnóstico errou totalmente nos efeitos a longo prazo sobre as relações Norte–Sul e sobre a capacidade do FMI de facilitar ainda mais a transferência do patrimônio do Sul para proprietários do Norte. Como mostra a Figura 7.1, a crise de 1997 e 1998 marca o início de uma enorme bifurcação entre o déficit do Norte e o superávit do resto do mundo nas transações correntes de seus respectivos balanços de pagamentos. A bifur-

a Índia no campo da tecnologia espacial e nuclear com uso duplo tinha o objetivo imediato de bloquear o gasoduto entre Irã, Paquistão e Índia e isolar o Irã e, ao mesmo tempo, romper uma ligação Sul–Sul de grande valor simbólico e material. Ver Ravi Palat, "India Suborned: The Global South and the Geopolitics of India's Vote Against Iran", *Japan Focus*, 24/10/2005. Do mesmo modo, os Estados Unidos e a União Européia cooptaram a Índia e o Brasil para um agrupamento informal conhecido como Cinco Partes Interessadas [em inglês, Five Interested Parties, FIPS], formado pelos quatro países mais a Austrália, com o intuito de transformar esses dois países, líderes de uma aliança nascente no Sul, em parceiros de uma aliança entre Norte e Sul, na conferência iminente da OMC em 2005, em Hong Kong (Focus on the Global South, "The End of an Illusion: WTO Reform, Global Civil Society and the Road to Hong Kong", *Focus on Trade*, n. 108, abril de 2005).

[3] Robert Wade e Frank Veneroso, "The Asian Crisis: The High Debt Model Versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex", p. 3-22.

cação reflete o fato de que há cada vez menos mercadorias e serviços que o Norte, principalmente os Estados Unidos, possa produzir a preço mais baixo que o resto do mundo. Boa parte do superávit do resto do mundo ainda flui para o entreposto financeiro norte-americano, tanto para financiar o déficit cada vez maior dos Estados Unidos quanto para ser reinvestido no mundo inteiro, inclusive no Sul do globo. Mas parte significativa e crescente desse superávit tem evitado o entreposto norte-americano, tanto para aumentar suas reservas cambiais quanto para correr diretamente para outros destinos no Sul, reduzindo assim o domínio do FMI e de outras instituições financeiras controladas pelo Norte sobre os países do Sul[4].

Inundados de dinheiro e ansiosos por recuperar o controle da política econômica, os países do Sul compraram suas dívidas de volta, reduzindo o portfólio de empréstimos do FMI ao nível mais baixo desde a década de 1980. Essa redução do portfólio de empréstimos, como observa o *Wall Street Journal*, "diminui muito a influência do FMI sobre a política econômica global", força-o a passar da "chave de braço" para a "persuasão" e reduz a receita dos juros e a reserva monetária. "Numa ironia que fez rir muitos ministros da Fazenda [do Sul], o órgão que durante tanto tempo pregou o aperto do cinto agora terá de praticá-lo em si mesmo."[5]

Apesar da compra maciça de títulos do Tesouro norte-americano, a China desempenhou o papel principal tanto no redirecionamento do superávit do Sul para destinos no próprio Sul quanto na apresentação aos países vizinhos e distantes do hemisfério Sul alternativas atraentes para o comércio, os investimentos e o auxílio dos países e das instituições financeiras do Norte. "Aí vem um novo jogador muito forte, com potencial para mudar a paisagem do auxílio internacional ao desenvolvimento", observou o diretor do Asian Development Bank (ADB) pouco depois que a China anunciou um extraordinário pacote de empréstimos anuais de 2 bilhões de dólares às Filipinas durante um período de três anos (o que

[4] A devastação das crises financeiras do passado contribuiu decididamente para o aumento das reservas monetárias dos países de renda baixa e média. Para a maioria deles, "essas reservas são simplesmente um seguro contra os desastres financeiros. Uma longa lista de países em desenvolvimento sofreu crises devastadoras nos últimos quinze anos: México em 1994; Tailândia, Indonésia e outros países asiáticos em 1997; Rússia em 1998; Brasil em 1999; e Argentina em 2002 [...]. Quando a poeira baixou sobre as ruínas de muitas ex-economias 'emergentes', os elaboradores de políticas do mundo em desenvolvimento adotaram novo credo: acumular o máximo possível de moeda estrangeira" (Eduardo Porter, "Are Poor Nations Wasting Their Money on Dollars?", *The New York Times*, 30/4/2006; idem, "Another Drink? Sure. China Is Paying", *The New York Times*, 5/6/2005; Frederick Kempe, "Why Economists Worry About Who Holds Foreign Currency Reserves", *The Wall Street Journal*, 9/5/2006).

[5] Matt Moffett e Bob Davis, "Booming Economy Leaves the IMF Groping for Mission", *The Wall Street Journal*, 21/4/2006.

fez os 200 milhões de dólares oferecidos pelo Banco Mundial e pelo ADB parecerem piada); superou facilmente o empréstimo de 1 bilhão de dólares em negociação com o Japão; e protegeu as Filipinas do desfavor de Washington quando o presidente Arroyo retirou seus soldados do Iraque. Esse foi apenas um dos muitos e cada vez mais freqüentes acordos com os países do Sul em que a China supera as entidades do Norte com ofertas mais generosas de acesso aos seus recursos naturais, empréstimos maiores com menos exigências políticas e taxas de administração e projetos grandes e complicados de infra-estrutura em regiões distantes por até a metade do custo dos concorrentes do Norte[6].

Para suplementar e complementar as iniciativas chinesas, os países ricos em petróleo também estão redirecionando seu superávit para o Sul. Tem sido de grande importância política e simbólica o fato de a Venezuela estar usando a receita extra obtida com o preço elevado do petróleo para livrar os países latino-americanos da subordinação aos interesses do Norte.

> Quando a Argentina precisou de empréstimos para dar adeus ao Fundo Monetário Internacional, a Venezuela cedeu-lhe 2,4 bilhões de dólares. A Venezuela comprou 300 milhões de dólares em títulos do Tesouro do Equador. Historicamente, Washington sempre teve enorme influência sobre a política econômica da América Latina por meio do controle das principais fontes de crédito, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O papel da Venezuela como novo "emprestador de último recurso" reduziu essa influência.[7]

Tem sido igualmente importante e, em termos potenciais, mais prejudicial para o domínio financeiro do Norte o interesse recentemente demonstrado pela Arábia Saudita e por outros países da Ásia ocidental em retirar dos Estados Unidos e da Europa pelo menos uma parte de seus superávits e redirecioná-los para o sul e para o leste da Ásia. Segundo banqueiros ocidentais, "estamos vendo, com toda a certeza, um grande salto em termos de fluxo de negócios entre o Oriente Médio e a Ásia, em particular o sul da Ásia e a China". Embora, por enquanto, os investidores da Ásia ocidental não estejam retirando seu dinheiro dos Estados Unidos, "muito dinheiro novo gerado pelo preço mais elevado do petróleo não está indo para a América do Norte". As razões disso são em parte políticas: a impopularidade da guerra no Iraque e fatos como as reações nos Estados Unidos as quais obrigaram uma

[6] Jane Perlez, "China Competes With West in Aid to Its Neighbors", *The New York Times*, 18/9/2006; Victor Mallet, "Hunt for Resources in the Developing World", *Financial Times*, 12/12/2006.

[7] Mark Weisbrot, "The Failure of Hugo-bashing", *The Los Angeles Times*, 9/3/2006. Ver também Noam Chomsky, "Latin America and Asia are Breaking Free of Washington's Grip", *Japan Focus*, 15/3/2006.

empresa portuária de Dubai a vender propriedades norte-americanas depois de ter comprado a operadora portuária britânica P&O. Contudo, a razão mais forte é estritamente econômica: a China e todas as economias asiáticas que estão crescendo rapidamente querem o petróleo da Ásia ocidental, e o capital e a liquidez que foram gerados por esse petróleo na Ásia ocidental estão buscando investimentos com retorno maior do que aquele oferecido pelos títulos do Tesouro norte-americano[8].

Quando, na reunião anual do ADB em maio de 2006, Manmohan Singh, primeiro-ministro da Índia, conclamou os países asiáticos a redirecionar seus superávits para projetos de desenvolvimento na Ásia, um observador norte-americano achou o discurso "espantoso": "o arauto do fim do dólar e da hegemonia norte-americana"[9]. Meu argumento no capítulo 7 indica uma direção um tanto diferente: com toda a probabilidade, a hegemonia norte-americana, ao contrário da pura dominação, já acabou; mas assim como a libra esterlina continuou a ser usada como moeda internacional durante três ou quatro décadas depois do fim da hegemonia britânica, acontece o mesmo com o dólar. Entretanto, a questão realmente importante aqui não é se os países asiáticos e do hemisfério sul continuarão a usar dólares americanos como base de câmbio, coisa que provavelmente continuarão a fazer, em extensão que desconhecemos, ainda por muito tempo. A questão é, ao contrário, se eles continuarão a colocar o superávit de seus balanços de pagamentos à disposição dos órgãos controlados pelos Estados Unidos para ser transformado em instrumento de dominação do Norte ou se o usarão como instrumento de emancipação do Sul. Desse ponto de vista, não há nada de espantoso na declaração de Singh, que apenas dá suporte a uma prática que já vem ocorrendo. Na verdade, o espantoso é a falta de noção, tanto no Sul quanto no Norte, de até que ponto a contra-revolução monetarista do início da década de 1980 saiu pela culatra e criou condições mais favoráveis do que nunca para que um novo Bandung dê vida à comunidade de civilizações que Smith vislumbrou há tanto tempo.

Afinal, um novo Bandung pode fazer o que o velho não conseguiu: mobilizar e usar o mercado global como instrumento de equalização das relações de poder entre Norte e Sul. As bases do antigo Bandung eram estritamente político-ideológicas e, sendo assim, foi fácil destruí-las com a contra-revolução monetarista. As bases do Bandung que pode estar surgindo agora, por outro lado, são basicamente econômicas e, como tais, mais sólidas. Como disse Yashwant Sinha, ex-ministro do Exterior indiano, num discurso em 2003:

[8] Heather Timmons, "Asia Finding Rich Partners in Mideast", *The New York Times*, 1/12/2006.
[9] Anand Giridharadas, "Singh Urges Asian Self-reliance", *International Herald Tribune*, 5/5/2006.

> No passado, o envolvimento da Índia com boa parte da Ásia, inclusive com o sudeste e o leste do continente, foi construído sobre a concepção idealista da irmandade asiática, que se baseava em experiências comuns de colonialismo e em laços culturais [...]. Hoje, contudo, o ritmo da região é determinado tanto pelo comércio, pelo investimento e pela produção quanto pela história e pela cultura.[10]

Nessas circunstâncias, a resistência do Norte à subversão da hierarquia global de riqueza e poder só pode ter sucesso com a colaboração generalizada do Sul. Nesse aspecto, é fundamental o que a China e a Índia, que respondem sozinhas por mais de um terço da população do mundo, decidirão fazer. Num comentário feito no *International Herald Tribune* sobre a notícia de que China e Índia estão fazendo investimentos imensos na economia uma da outra, Howard French perguntou de maneira bastante sagaz: "Se alguém dá algum crédito à noção de destruição criativa, o que poderia ser mais destrutivo para o *status quo* global?".

> Somando mais de 2,3 bilhões de pessoas, o acordo entre Índia e China, segundo quase todos os padrões, faz daquele item um candidato instantâneo a *status* de padrão global. O que isso significa em termos práticos? Que o sucessor de um produto onipresente como o Microsoft Office poderá muito bem ser chinês [...]. Pode significar que o padrão dos celulares do futuro será decidido em conjunto na Ásia e não na Europa ou nos Estados Unidos [...]. O que isso claramente já significa é que essa história de o cômodo clube dos ricos – os Estados Unidos, as economias mais fortes da Europa ocidental e o Japão – determinar o ritmo do resto do mundo, distribuindo instruções e dando notas, está com os dias contados.[11]

Sim, é isso mesmo que significa, mas desde que os grupos dominantes do hemisfério Sul em geral, e da China e da Índia em particular, abram um caminho capaz de emancipar não só seus países como o mundo todo da devastação social e ecológica provocada pelo desenvolvimento capitalista ocidental. Uma inovação de tamanha importância histórica mundial exige certa consciência da impossibilidade de levar os benefícios da modernização à maioria da população mundial, a não ser que, para parafrasearmos Sugihara, o caminho ocidental de desenvolvimento convirja para o caminho da Ásia oriental, e não o contrário. Essa descoberta não é nova. Há quase oitenta anos, em dezembro de 1928, Mohandas Gandhi escreveu:

[10] Citado em Anand Giridharadas, "India Starts Flexing Economic Muscle", *International Herald Tribune*, 12/5/2005.
[11] Howard W. French, "The Cross-pollination of India and China", *International Herald Tribune*, 10/11/2005.

> Que Deus impeça a Índia de adotar a industrialização à maneira do Ocidente. Hoje, o imperialismo econômico de um reino insular minúsculo [Inglaterra] mantém o mundo acorrentado. Se toda uma nação de 300 milhões de pessoas [a população da Índia na época] adotasse exploração econômica semelhante, devastaria o mundo como uma nuvem de gafanhotos.[12]

Na época, Gandhi já sabia o que muitos líderes da emancipação do Sul ainda têm de aprender ou esqueceram: o sucesso ocidental do caminho extrovertido da Revolução Industrial baseou-se na exclusão da imensa maioria da população mundial do acesso aos recursos naturais e humanos necessários para que ela se beneficiasse da industrialização global e não a custeasse. Assim, o caminho da Revolução Industrial nunca foi opção para essa maioria. As considerações de Elvin sobre as vantagens e as desvantagens desenvolvimentistas do imenso mercado nacional da China no século XVIII demonstram o absurdo da opinião contrária, ainda dominante entre historiadores e cientistas sociais em todo o espectro ideológico. O tamanho gigantesco do mercado da China criou oportunidades para a divisão social do trabalho que não existiam em mercados menores, mas também impediu inovações factíveis em economias menores. Entre 1741 e o início da década de 1770, por exemplo, a adoção da fiação mecânica triplicou o consumo de algodão cru na Grã-Bretanha.

> Realizar na China essa triplicação num mesmo período de mais ou menos trinta anos iria além da capacidade mundial de produção de algodão no século XVIII. Entre 1785 e 1833, a província de Kwang-tung, sozinha, importava da Índia seis vezes mais algodão em média do que a Grã-Bretanha inteira usava por ano na época da primeira roda-d'água de Arkwright. E, ainda, uma expansão das exportações chinesas de tecido de algodão comparável à da Grã-Bretanha no século XVIII, tanto em rapidez quanto em tamanho do mercado interno, seria grande demais para o poder de compra disponível no mundo naquela época.[13]

Em outras palavras, o sucesso econômico da Revolução Industrial da Grã-Bretanha dependeu do tamanho pequeno, tanto relativo quanto absoluto, da economia britânica. O tamanho pequeno absoluto fez que determinado aumento da importação de algodão cru e da exportação de manufaturas de algodão se traduzisse numa taxa de crescimento da economia muito mais alta do que numa economia do tamanho da China. E o tamanho pequeno com relação à economia global fez que o resto do mundo pudesse fornecer os recursos naturais e comprar os pro-

[12] Citado em Ramachandra Guha, *Environmentalism: A Global History*, p. 22.
[13] Mark Elvin, *The Pattern of the Chinese Past*, p. 313-4.

dutos necessários para sustentar a taxa elevada de crescimento numa extensão que seria inconcebível no caso da China. Se os governantes da China no período Qing fossem insanos o bastante para seguir as pegadas da Grã-Bretanha no caminho extrovertido da Revolução Industrial, teriam sido levados de volta à sanidade pela explosão do custo das importações, pela queda do preço das exportações e por tensões sociais insuportáveis dentro do país, muito antes de terem a chance de "devastar o mundo como uma nuvem de gafanhotos".

Duzentos anos depois, a China e a Índia enfrentam o mesmo problema, porém com maior intensidade. A substituição da ilha minúscula do Reino Unido pela ilha continental dos Estados Unidos como líder do caminho da Revolução Industrial resultou num aumento ainda maior da intensidade do uso dos recursos naturais não só na produção, como no consumo. Esse aumento maciço foi possível porque a imensa maioria da população mundial foi excluída dos padrões de produção e de consumo determinados pelos Estados Unidos. Mas assim que uma pequena minoria da população chinesa (e outra ainda menor da população indiana) conquistou acesso parcial a esses padrões, a validade da tese de Gandhi tornou-se óbvia para todos, menos para os defensores mais obtusos do modo de vida norte-americano. "O mundo, afinal de contas, não agüenta dois países [de grande população] que se comportem como os Estados Unidos. Falta o clima [...] e faltam também recursos." Bill McKibben diz que isso é uma "tragédia",

> [porque] a China, na verdade, está conseguindo algum bem mensurável com o crescimento. A população está comendo mais carne, mandando os [filhos] para a escola, aquecendo as cabanas. Enquanto isso, nós queimamos nove vezes mais energia per capita para ter ar-condicionado em salões de jogos e cortar grama de jardins de meio acre, usar picapes grandes e luxuosas para ir até a esquina, comer tomates que vêm de avião do Chile [...]. E é por isso que, quando se está na China, parece intuitivamente óbvio que o objetivo do século XXI é dar um jeito de desenvolver a economia das regiões mais pobres do mundo e, ao mesmo tempo, *subdesenvolver* a dos ricos [...], usando menos energia para que eles possam usar mais, e comendo menos carne para que eles possam comer mais [...]. Mas tente imaginar a possibilidade política nos Estados Unidos [...] de se admitir que não há espaço para que dois países se comportem dessa maneira, e que não temos direito ao nosso estilo de vida só porque chegamos primeiro. O pai do atual presidente [George Bush pai] anunciou, a caminho da conferência no Rio que deu origem ao protocolo de Kyoto, que "o modo de vida norte-americano não está sujeito a negociações". Eis aí o que define uma tragédia.[14]

[14] Bill McKibben, "The Great Leap: Scenes from China's Industrial Revolution", p. 52.

No fim das contas, o último ato da tragédia, encenado no Iraque, mostrou que os Estados Unidos não têm o poder de impor coercivamente ao mundo o seu direito a um modo de vida extravagante e, portanto, têm de pagar cada vez mais caro para preservá-lo[15]. Mas o fato é que nem mesmo um quarto da população da China e da Índia pode adotar o modo norte-americano de produzir e consumir sem matar por sufocação a si mesmo e ao resto do mundo. Também nesse aspecto os novos líderes da República Popular da China mostraram ter mais consciência que seus antecessores sobre os problemas ambientais causados pelo crescimento econômico que faz uso intensivo de energia. Foram criadas "cidades-modelo" que visam especificamente à proteção ambiental; florestas estão sendo replantadas; o plano qüinqüenal de 2006-2010 tem o objetivo ambicioso de reduzir em 20% o uso de energia na economia; e, com esse fim, foi anunciada uma política industrial de longo alcance, que proíbe 399 subsetores industriais e restringe outros 190. Ainda assim, não se sabe como essas e outras medidas poderão restaurar o equilíbrio ecológico gravemente comprometido se, como se espera, nos próximos quinze anos 300 milhões de moradores rurais ou mais se mudarem para as cidades, onde frotas cada vez maiores de veículos motorizados tomam o lugar das bicicletas[16].

Em resumo, inspirando-se demais no caminho ocidental de consumo excessivo de energia, o rápido crescimento econômico da China ainda não criou para si e para o mundo um caminho de desenvolvimento ecologicamente sustentável. Essa inspiração não só ameaça dar um fim prematuro ao "milagre econômico", em razão da pressão sobre os recursos já escassos (como ar e água limpos), como também, o que é mais importante, ela é a causa e o resultado da clivagem cada vez maior entre os que têm condições de se apropriar dos benefícios do rápido crescimento econômico e os que têm de pagar o preço por ele. Como vimos no capítulo 12, essa clivagem resultou numa grande onda de agitação popular, na qual as reclamações ecológicas se agigantaram e provocaram importante reorientação das políticas chinesas para o desenvolvimento mais equilibrado entre

[15] No apoio ávido à guerra contra o Iraque, Rupert Murdoch, o barão da imprensa, observou que a redução do preço do petróleo de 30 para 20 dólares seria uma boa coisa para a economia norte-americana (D. Kirkpatrick, "Mr. Murdoch's War", *The New York Times*, 7/4/2003). O fato de, após quatro anos de guerra, o preço do petróleo ter dobrado é bom indício do fracasso da tentativa dos Estados Unidos de impor coercivamente seu direito ao consumo destemperado de energia.

[16] Lester R. Brown, "A New World Order", *The Guardian*, 25/1/2006; *Quarterly Update*, World Bank Office, Pequim, fevereiro de 2006, p. 13-6; Keith Bradsher, "China Set to Act on Fuel Economy", *The New York Times*, 18/11/2003; James Kynge, "New Agenda for a New Generation", *Financial Times*, 16/12/2003; Andreas Lorenz, "China's Environmental Suicide: A Government Minister Speaks", *openDemocracy*, 5/4/2005.

as áreas rurais e as áreas urbanas, entre as regiões e entre a economia e a sociedade. Só precisamos acrescentar, para concluir este nosso estudo, que o resultado final dessa reorientação tem importância fundamental para o futuro não só da sociedade chinesa, como também da sociedade mundial.

Se essa reorientação conseguir reviver e consolidar as tradições chinesas de desenvolvimento baseado no mercado e centrado em si mesmo, de acumulação *sem* desapropriação, de mobilização de recursos humanos, ao invés de não-humanos, e de governo com participação das massas na configuração das políticas, então existe a possibilidade de que a China esteja em posição de contribuir decisivamente para o surgimento de uma comunidade de civilizações que de fato respeite as diferenças culturais. Mas se a reorientação fracassar, a China pode se transformar num novo epicentro de caos social e político, o que facilitará as tentativas do Norte de restabelecer um domínio global esmagador ou, para parafrasearmos Schumpeter mais uma vez, de ajudar a humanidade a queimar nos horrores (ou glórias) da escalada de violência que acompanhou o fim da ordem mundial estabelecida pela Guerra Fria.